

economia

No curto prazo, IPCA ficará acima da meta, diz Galípolo

Chefe do BC reiterou que ambiente de incertezas favorece juros altos

/ CONJUNTURA

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, reforçou nesta quinta-feira (27), que, no curto prazo, a inflação seguirá acima da meta perseguida pela autoridade monetária, que tolera um Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de no máximo 4,5%. Durante entrevista coletiva para detalhar o Relatório de Política Monetária (RPM), ele disse que deve ser o primeiro chefe do BC a escrever, em um único ano, duas cartas ao presidente do Conselho Monetário Nacional (CMN) explicando a inflação acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta. A primeira carta foi entregue em 10 de janeiro.

Segundo o presidente do BC, a autarquia tem procurado comunicar que, no curto prazo, será preciso conviver com o IPCA acima da meta, apesar dos juros em nível elevado. Ele reiterou a sinalização de que, em um ambiente de incertezas, os juros seguirão subindo, embora em menor magnitude, na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que acontecerá nos dias 6 e 7 de maio.

Em relação às próximas decisões, Galípolo evitou dar mais indicações. Disse que o BC quer preservar graus de liberdade, observando os dados. Ele rebateu questionamentos sobre o compromisso do BC em buscar a meta de inflação. “É curioso alguém falar em não comprometimento com a meta após alta de 3 pontos percentuais na Selic”, declarou Galípolo.



Presidente do BC não deu indicações sobre próximas decisões do Copom

lo ao ressaltar que o BC mostrou “com clareza” seu compromisso com a meta.

Segundo ele, a cúpula da instituição tem buscado entender se o atual nível da Selic, de 14,25% ao ano, é contracionista o bastante para levar a inflação para a meta. “A gente está ingressando num ambiente, num patamar de taxa de juros, que é contracionista com alguma segurança mesmo para quem tem um nível de taxa de juros neutra mais elevado. A gente está em um processo de continuar olhando a atividade econômica a partir dessas defasagens e os outros elementos que a gente conseguiu elencar aqui”, considerou, ao explicar que as defasagens se referem aos mecanismos comuns de transmissão da alta de juros para a economia.

Galípolo voltou a revelar o desconforto de todo o board do BC em relação à continuidade das altas

das expectativas de inflação. “As expectativas nos incomodam muito, e no nível de desancoragem de todos os demais elementos de uma inflação corrente”, considerou.

O presidente da autoridade monetária voltou a dizer sobre a importância de continuar a monitorar o máximo possível a quantidade de dados para que o BC possa ganhar confiança. “A gente está Tateando agora esse processo para entender se esse nível de política monetária, que está contracionista, mesmo que tenha taxa de juros neutra mais elevada, se é contracionista o suficiente para que a gente possa fazer a contingência dentro do horizonte que a gente está estabelecendo”, reforçou.

Conforme ele, há um processo de reunir a maior quantidade de informações possível para que o colegiado ganhe confiança sobre a velocidade de convergência para a meta de inflação.

Banco Central reduz para 1,9% a projeção de expansão do PIB em 2025

O Banco Central reduziu para 1,9% a sua projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil para este ano. Em dezembro, a estimativa da autoridade monetária para a economia brasileira era de avanço de 2,1%. O dado consta no relatório de política monetária, que substituiu o antigo relatório trimestral de inflação.

“A mudança refletiu recuos nas previsões para indústria e serviços, relacionados com surpresas negativas no quarto trimestre e com uma expectativa de desaceleração mais pronunciada ao longo do ano, parcialmente compensados por alta na projeção para a agropecuária”, disse o BC no documento.

Segundo a instituição, o PIB deve apresentar um crescimento mais expressivo no primeiro trimestre, após a alta modesta no quarto trimestre de 2024, e certa estabilidade nos trimestres seguintes.

“A previsão de forte alta na agropecuária, juntamente com o aumento no valor do salário-mínimo e a liberação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), deve contribuir para a aceleração da atividade no primeiro trimestre”, afirmou.

Mas a autoridade monetária ponderou que interpretações sobre o grau de aquecimento da atividade econômica no início de 2025 devem ser feitas com cautela.

De acordo com o BC, a desaceleração da atividade está associada ao ciclo de alta de juros, ao menor impulso fiscal, ao reduzido grau de ociosidade dos fatores de produção e à moderação do crescimento global. “Todavia, a incerteza em torno do cenário central aumentou, considerando fatores externos e domésticos”, acrescentou.

A projeção do BC sobre a expansão da economia é mais pessimista do que o último dado divulgado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A SPE (Secretaria de Política Econômica) do Ministério da Fazenda prevê um crescimento do PIB de 2,3% neste ano. A estimativa também é menor do que a do mercado financeiro, que projeta um avanço de 1,98% em 2025, conforme o último boletim Focus.

Segundo o BC, permanece a perspectiva de desaceleração da atividade em meio ao cenário de alta de juros.

No relatório, o BC alertou que a inflação seguirá acima do limite superior da meta ao longo de 2025, começando a cair a partir do quarto trimestre -ainda acima do alvo central.

“Nesse cenário, a inflação acumulada em quatro trimestres fica na faixa de 5,5%-5,6% nos três primeiros trimestres de 2025, cai para 5,1% no final do ano, 3,7% em 2026 e 3,1% no último período considerado, referente ao terceiro trimestre de 2027”, disse o BC o relatório.

No cenário de referência do Copom, a projeção de inflação para o terceiro trimestre de 2026 -período hoje na mira do BC-, é de 3,9%. A autoridade monetária aponta 70% de probabilidade de o IPCA ultrapassar o limite superior da margem de tolerância neste ano. No relatório anterior, a chance era de 50%. Para 2026, o aumento foi marginal, de 26% para 28%.

Isso, contudo, não reflete mais a probabilidade de descumprimento da meta de inflação. No modelo de avaliação contínua, o BC descumprirá o objetivo caso o IPCA se situe fora do intervalo de tolerância por seis meses consecutivos (em qualquer mês do ano).

Governo deve antecipar pagamento de 13º para segurados do INSS

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve antecipar o calendário de pagamento do 13º de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), a exemplo do que já vem sendo adotado em anos anteriores. O repasse, que ocorreria normalmente no segundo semestre, deve ser feito ainda no primeiro semestre. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse nesta quinta-feira que há boas chances de o Executivo autorizar o adiantamento, mas ainda está em discussão o período -se em abril e maio, ou em maio e junho.

“A tendência é de ocorrer a antecipação. A discussão é se ela ocorre em qual dessas duas janelas”, afirmou.

Caso o pagamento ocorra nas folhas de abril e maio, a primeira parcela seria depositada entre os dias 24 de abril e 8 de maio, e a segunda, entre 26 de maio e 6 de junho, conforme o calendário do INSS.

Se o repasse se der nos meses de maio e junho, o primeiro pagamento cairia entre os dias 26 de maio e 6 de junho, e o segundo, entre os dias 24 de junho e 7 de julho.

O presidente precisa assinar um decreto para formalizar a decisão. Se concretizada, será o sexto ano seguido de antecipação do 13º do INSS para o primeiro semestre.

A medida representa uma antecipação do fluxo de pagamentos do INSS e não implica uma despesa adicional para o governo, uma vez que os benefícios já precisariam ser pagos até o final do exercício.

O 13º do INSS é pago em duas parcelas, assim como a gratificação natalina sobre os salários de quem está na ativa no mercado de trabalho. Por lei, a primeira

parcela pode ser paga até o final de novembro, e a segunda, até 20 de dezembro.

Em governos anteriores do PT, a antecipação do 13º dos segurados do INSS passou a ser uma prática recorrente, com adiamento da primeira parcela por meio de decreto. No governo de Jair Bolsonaro (PL), a medida foi adotada por MP (medida provisória), com uma parcela em agosto e outra em novembro.

Na pandemia de Covid-19, em 2020, o Executivo antecipou as parcelas do benefício para o primeiro semestre. A prática foi

repetida em 2021, ainda sob os efeitos da pandemia, e em 2022, ano eleitoral.

Sob Lula, o adiantamento foi mantido em 2023 e 2024, para dar impulso à economia.

O calendário de pagamento do INSS leva em consideração o número final do benefício, sem considerar o dígito verificador. Por exemplo, se o número for 123.456.789-0, o beneficiário receberá no dia referente ao final 9.

Quem ganha até um salário-mínimo recebe primeiro. Depois, é pago o valor a quem ganha acima do mínimo até o teto do INSS.